

UMA DISCUSSÃO ACERCA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL NO BRASIL E EM PORTUGAL TENDO AS FEIRAS DE CARUARU-PE (BRASIL) E BARCELOS (PORTUGAL) COMO OBJETO DE ANÁLISE¹

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo² (UMINHO-UFBA-FCT)

Quando falamos em patrimônio, duas idéias diferentes surgem: inicialmente a de que refere-se aos bens individuais, que são transmitidos aos herdeiros, que pode ser material de alto valor comercial (imóvel, empreendimento, automóvel, etc), ou de pouco valor comercial, mas de elevado valor emocional, como foto, livro autografado, imagem religiosa, etc, também conhecemos o patrimônio espiritual. E a outra definição diz respeito ao patrimônio coletivo, à memória coletiva, a grupos diversos a coletividade do patrimônio. Tal coletividade sofre constantes mutações, com interesses distintos, conflitantes.

Em relação ao conceito de Patrimônio, sabemos que tal termo é de origem latina, *patrimonium*, que se referia entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família. Neste contexto na antiguidade clássica a família era propriedade do senhor, filhos, esposa, escravos, animais, bens móveis e imóveis. Tudo isto podia ser deixado em testamento. No medievo, com a difusão do Cristianismo, e o predomínio da Igreja e do teocentrismo, o patrimônio além de ser de interesse do aristocrata, privado portanto, passou a agregar também o valor simbólico e coletivo, o religioso, dotado de formas materiais e espirituais. Assim passou-se a cultuar a valorização dos lugares e objetos, bem como os rituais coletivos. Nesse sentido, a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático. Com o advento da modernidade e o Renascimento, permaneceu-se o caráter aristocrático, no entanto somou-se a um outro sentido o do humanismo, do retorno as características clássicas da antiguidade, passou-se a colecionar as obras antigas, com a coleta

1. Parte integrante da tese de Doutorado intitulada: Continuidade e mudança no contexto da globalização: um estudo de feiras em Portugal e no Brasil (1985-2007), (em elaboração), orientada pelos professores doutores: Margarida Durães e Jean Rabot (ambos docentes da Universidade do Minho- Portugal), e a profa. Doutora Lígia Belinni (docente da UFBA-Universidade Federal da Bahia)

2.A autora é doutoranda em História pela Universidade do Minho, em Portugal, em regime de co-tutela com a UFBA (Universidade Federal da Bahia) no Brasil.

e catalogação dos objetos: moedas, inscrições em pedras, vasos de cerâmica, etc, daí o termo antiquário. É sabido, no entanto que ainda na modernidade surge o sentido de patrimônio, como tutela do Estado, a partir da Formação dos Estados Nacionais, a idéia de Nação é inserida na sociedade, mas com o seu significado primeiro, do latim o verbo nascer, referindo-se apenas ao local de nascimento. Assim os Estados eram religiosos e monárquicos. Todos eram súditos do Rei, poder este legitimado pela Igreja Católica. Os súditos tinham origens diversas, eram povos heterogêneos, com tradições e costumes variados. Com a formação do estado francês, por exemplo, ainda no século XVIII, pós-revolução, percebemos o moderno conceito de patrimônio sendo introduzido, a República criava a igualdade, refletida na cidadania dos homens, precisava-se então de criar tais cidadãos compartilhando uma língua e uma cultura, a partir de sua origem e território. A idéia de pertencimento a uma Nação estava defundida, junto aos sujeitos das comunidades.

Na contemporaneidade tal princípio fora fortalecido, com o advento dos dois maiores conflitos mundiais, quando eclodiu-se ainda mais o espírito de nacionalismo. Ao final da segunda grande guerra, o Nacionalismo associado ao Imperialismo, seria superado, diante da criação da ONU, Organização das Nações Unidas, e da Unesco, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Tais organizações passaram a se preocupar não apenas com os patrimônios de valor provincial ou municipal, mas também de comunidades, como os indígenas, ou das mulheres, grupos religiosos, esportivos, meio ambiente, a partir da valorização pelo entendimento dos conflitos sociais, e suas diversidades.

No caso específico do Brasil o conceito primeiro de Patrimônio que fora construído iniciou-se na década de 1930, oficializado em 1937, com o advento do Estado Novo, pelo então presidente da república Getúlio Vargas, com complemento de Histórico e Artístico Nacional, projeto de Mário de Andrade. O conceito de artístico, aqui, significaria a “[...] *habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos*” e, portanto arrolaria tanto a estética como o artesanato, a arqueologia, artes aplicadas e história. Assim, tendo por base a primeira legislação patrimonial do país, decreto-lei nº 25/37, ainda em vigor, que, em seu artigo 1º, explicita o conceito de “patrimônio histórico e artístico” como relacionado à idéia que temos de que patrimônio se associa a monumentos e edifícios antigos. De forma que constitui-se nesse contexto patrimônio e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Há de se considerar

que esse conceito norteou a política de preservação do patrimônio histórico durante a implementação do Estado Novo (1937-1945). Tendo em vista o patrimônio edificado e arquitetônico, a chamada “pedra e cal” em detrimento de outros bem significativos para época serem relegados ao esquecimento e não mais se justificava sua preservação. O mais preocupante nesse período em relação à política preservacionista levada em conta pelo SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é que tal órgão desde sua criação em 1937 deixou um saldo de bens imóveis tombados, referentes a setores dominantes da sociedade brasileira, como por exemplo fortes militares, igrejas barrocas, casas-grandes, sobrados coloniais, enquanto senzalas, quilombos, vilas operárias e cortiços foram “esquecidos”. Toda essa política tinha por objetivo “disfarçar” a realidade, e demonstrando a concepção predominante era de se forjar uma identidade nacional única para o país, excluindo as diferenças e pluralidade étnicocultural de nossa formação histórica, como se tivéssemos um passado homogêneo e uma história sem conflitos e contradições sociais.

No final dos anos setenta, quando o Brasil procurava retomar o caminho para a democracia, reacendeu-se com intensidade o debate sobre as raízes de nossa identidade cultural, assim os órgãos responsáveis pelo Patrimônio buscaram ampliar e aprofundar as políticas públicas de preservação. Desde então, vem se realizando debates, pesquisas, projetos e ações que tratam das múltiplas expressões materiais e imateriais da dinâmica da cultura brasileira. Com o passar dos anos, na década de 1990, vemos a ampliação quanto ao conceito de Patrimônio, considerado agora como conjunto de bens, culturais e naturais, em determinado território. Este conjunto de bens categoriza-se em tangíveis (bens naturais, imóveis, fixos, etc) e intangíveis (bens culturais, manifestações de tradições artísticas, legado cultural, memória, identidade cultural, etc). Assim sendo, constituem-se, então, num conjunto de utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e formas de vida cotidiana de todos os segmentos sociais. Logo, verificamos diante deste conceito tratado anteriormente a valorização e a extensão da noção de Patrimônio, incluindo-se a preservação de sítios históricos e naturais, a multiplicação de museus e de exposições de natureza histórica, que nada mais são que manifestações da gestão pública do passado. Os “lugares de memória” também se multiplicam: “Museus, arquivos, cemitérios, festa, Coleções, aniversários, tratados, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade” Essas questões nesse momento tem norteado a sociedade civil que se configuram como autoridades de tutela, diferentemente dos anos trinta e todo o período do regime militar estabelecido em nosso país, onde cabia a

seleção de bens aos padrões estabelecidos pelos órgãos oficiais que decidiam os critérios de preservação e quais os Patrimônios que deveriam ser tombados ou não. Atualmente com a ampliação do conceito de patrimônio cultural, a sociedade civil organizada se responsabiliza por essa tutela e preservação, “cobrando” postura da administração pública quanto ao patrimônio cultural brasileiro, através de várias entidades, tais como: o IAB- Instituto de Arquitetos Brasileiros, AGB- Associação dos Geógrafos Brasileiros e ANPUH- Associação Nacional de História. Assim a terminologia “Patrimônio cultural” abrange várias unidades designadas como “bens culturais”, que por sua vez se define como sendo toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia. Todavia, essas definições tem sido a todo instante aprimoradas, dando sempre um caráter de abrangência maior ao termo “patrimônio cultural”.

Portanto, podemos afirmar nessa perspectiva que patrimônio cultural engloba elementos históricos, ecológicos, artísticos e científicos, sendo por si só interdisciplinar, atendendo a um tripé relacionada dimensões naturais ou ecológicas, histórico-artística e documental. Com isto, concluímos que o meio ambiente, os conjuntos urbanos sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, as obras, os objetos, documentos, as edificações, as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver são bens culturais de uma sociedade e por isso devem ser preservados. O que se contrapõe ao conceito de “patrimônio edificado”, com dimensão, apenas, na “pedra e cal”, surge o “patrimônio cultural” não, apenas, visto na dimensão arquitetônica, mas, sobretudo na representação social, cultural e artística que representam, com valores documentais, arquivísticos, bibliográficos, hemerográficos, iconográficos, orais, visuais, museológicos, enfim a representatividade de uma sociedade, de como ela viveu e vive.

A Constituição Brasileira de 1988 segue essa terminologia moderna descrita acima, adotando pela primeira vez a denominação “patrimônio cultural” e, no seu artigo 21646. Seção II- da CULTURA, conceitua o que se entende por essa expressão como: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência á identidade, á ação, á memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver;
III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico, paleontológico e científico”

Enfim, todos os bens naturais e culturais, materiais e imateriais, manifestações populares ou eruditas, monumentos individualizados ou em conjunto, são considerados patrimônio cultural do país, desde que sejam portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes elementos étnicoculturais, formadores da nação brasileira, sempre na perspectiva de identidades múltiplas, apenas, como descrição, pois há de se considerar até a memória como plural tendo em vista toda a subjetividade que lhe é peculiar.

Percebemos contudo que com essa ampliação quanto ao conceito de patrimônio, a noção de bens a serem preservados foi reforçada pelas políticas de incentivo fiscal voltadas para a cultura. A Lei nº 7.505/1986, conhecida como Lei Sarney, constituiu-se como um impulso no âmbito da proteção de patrimônio, no entanto, propiciou um assustador desenvolvimento do marketing cultural, que se consolidou nos anos 90. A exemplo do Decreto nº 8.313/1991, conhecido como Lei Rouanet, instituindo o Pronac (Programa de Apoio a Cultura), cujo propósito é desenvolver projetos com recursos oriundos do FNC (Fundo Nacional de Cultura), vinculado ao MINC (Ministério da Cultura). Assim como também é o Iphan.

Conclui-se, portanto, que o conceito de Patrimônio sofrera ao longo das épocas constantes reformulações, desde a antiguidade clássica ao momento atual. No caso específico do Brasil esse conceito vem sendo ressignificado desde 1937 com o conceito de “patrimônio histórico e artístico” como relacionado aos monumentos e edifícios antigos. Na década de 1990, vemos a ampliação quanto ao conceito de Patrimônio, considerado agora como conjunto de bens, culturais e naturais, em determinado território. Categorizando-se em bens tangíveis e intangíveis.

As feiras como Patrimônio Imaterial nacionais

Historicamente, as feiras adquiriram uma importância muito grande que ultrapassa seu papel comercial, transformando-se, em muitas sociedades, num entreposto de trocas culturais e de aprendizado, onde pessoas de várias localidades congregavam-se estabelecendo laços de sociabilidade. Notadamente em relação às feiras em estudo, comungamos com a ideia de que na atualidade, mesmo buscando a manutenção, conservação de algumas tradições, é quase impossível que elas se mantenham vivas, no decurso do tempo, sem alterações. Porém o curioso é que neste mesmo período, com o capitalismo periférico se instalando numa velocidade acentuada, e os supermercados luxuosos, e higienizados, as feiras continuam a existir com características múltiplas, mas mantendo a idéia de espaço local de perambulações à procura de compras, vendas, trocas, consumo, paquera, prazer, sociável, como entretenimento, diversão, diálogos, amizades, furtos, vícios, enfim, polissêmicas sociabilidades. Lugar onde se evidenciam os encontros, as tradições, as conversas, as compras, vendas e permutas, enfim das múltiplas territorialidades, sejam econômicas, políticas ou culturais, tecidas em mudanças que se misturam, se dissolvem, se transformam, no dia-a-dia, nas reproduções sociais, políticas e capitalistas da vida cotidiana.

Dessa maneira, a feira se institui, antes de tudo, em um espaço de mobilidades comerciais e sociais onde, por meio das diversificadas transformações ocorridas nela, desde a localização geográfica aos produtos comercializados, além das formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que freqüentam e transitam pelos labirintos das feiras. Tais dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

Nesse sentido vemos as feiras enquanto fenômeno inserido no contexto da globalização com estratégias de continuidade e de adaptação que o homem exerce frente aos impactos gerados pelo mundo globalizado da contemporaneidade. Exemplo disso verificado por meio da sociedade civil, sob a chancela do Estado em registrar essas feiras como patrimônios Imateriais do Brasil.

Tal procedimento iniciou-se na feira de Caruaru-PE, que recebeu o registro mencionado anteriormente no ano de 2006, por ser considerada no universo do conjunto de feiras com graus distintos de permanência no tempo e, conseqüentemente, de enraizamento

na cultura local e no imaginário regional e nacional. Ela própria possui sectores ou “feiras” que têm densidades históricas e culturais distintas, bem como níveis de transformação e incorporação de novos produtos igualmente diversos. Mantém inalterados, entretanto, alguns traços essenciais: continua vendendo “de tudo o que há no mundo” e sendo um ponto focal de referência da cultura pernambucana e nordestina no conjunto das formas de expressão, saberes, ofícios, modos de fazer, viver, comer, vender e comprar que abriga. Todos esses valores foram reconhecidos diante do título de Patrimônio Imaterial que a feira de Caruaru-PE recebeu em pedido encaminhado ao Presidente do Iphan, no dia 24 de fevereiro de 2006, pela Prefeitura Municipal de Caruaru, por intermédio do Sr. Antonio Geraldo Rodrigues da Silva, na ocasião prefeito, tal solicitação foi endossada pelo Superintendente Regional do Iphan, Frederico Faria Neves Almeida, e acompanhado das informações básicas requeridas para a abertura do competente processo administrativo assim como de depoimentos e manifestações de apoio de várias instituições locais. Entre essas se destaca: a Diocese de Caruaru, Academia Caruaruense de Cultura, Ciências e Letras, o Centro de Cultura Popular Luisa Maciel, a seção brasileira do Conseil International des Organizations de Festivals de Folklore e d’ Arts Traditionnels e a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru. Vemos como uma iniciativa do Poder Público que tem por objetivo salvaguardar o bem cultural imaterial, garantindo a continuidade desse bem, evitando portanto seu desaparecimento.

A feira de Caruaru sempre foi, e ainda é, a grande oportunidade de trabalho, geração de renda e de inclusão no mercado consumidor para um grande contingente populacional, o que lhe conferiu uma capacidade de elevada atração e ocasionou o seu crescimento desmedido. Instalada durante mais de dois séculos no centro da cidade, a feira foi transferida em 17 de maio de 1992 para o Parque 18 de Maio, área que conta com mais de 3 km e agrega mais de 2500 barracas e bancos oferecendo os mais variados produtos, e é onde está localizada até hoje. Atualmente a feira de Caruaru encontra-se desdobrada em, pelo menos, três outras: a Feira do Gado, há dez anos considerada a maior do Brasil e que está localizada no bairro do Cajá, próximo ao aeroporto; a Feira do Artesanato, como visto, primeiro sector a ser separado e instalado no Parque 18 de Maio; e a chamada “Feira Livre”, também localizada no parque, conforme dito anteriormente que contém todos os demais sectores, os quais, por sua vez, também são denominados de “feiras”. Nesta última encontram-se as tradicionais áreas de venda de frutas e verduras; de raízes e ervas medicinais; de calçados e artigos de couro; de ferragens e artigos de flandre; de fumo; de bolos, gomas e doces e de confecções populares ou “feira de roupas”. A esses sectores de permanência mais antiga, juntaram-se também as chamadas “feiras” de flores e plantas

ornamentais; de artigos de cama, mesa e banho e, apenas aos sábados, a chamada “feira” do Troca-Troca, onde, por meio de escambo, objetos usados são trocados por outras mercadorias. A Feira do Artesanato e a Feira Livre (com exceção desse último setor) funcionam de segunda a sábado. A Feira do Gado ocorre apenas nas terças-feiras, iniciando-se sua instalação na noite anterior.

Em Portugal, sabemos que a discussão acerca de Patrimônio Imaterial é bastante recente, tendo em vista que somente ano passado foi reconhecida a importância do patrimônio cultural imaterial pelo Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de Junho, tomando como base a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural realizada em outubro de 2003, e ratificada pelo Decreto de n. 28/2008, de 26 de março. Somente nesse decreto de 2009 é que além de reconhecer a importância do registro do bem cultural, como instrumento jurídico, também se instituiu a criação da comissão de análise desses bens a partir das classificações. E somente esse ano é que teve na Portaria n.º 196/2010 de 09 de abril instituída a metodologia necessária para a apresentação dos inventários, o que para o Brasil corresponde aos dossiês. Sabemos, pois que até o presente momento não existe nenhum bem ainda registrado, e nem em análise oficialmente em Portugal, por meio do Departamento de Patrimônio Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação.

Portanto, diferentemente do Brasil que já tem 19 (dezenove registros) e 20 (vinte) em análise, Portugal ainda não tem nenhum registro oficialmente pronto, somente o Fado tem sido trabalhado na perspectiva de se tornar patrimônio imaterial lusitano, nesse sentido e diante da importância que a feira de Barcelos teve e ainda mantém para a comunidade minhota é que à vemos enquanto patrimônio imaterial e levantamos essa discussão.

Para tanto veremos a seguir algumas características da feira de Barcelos. Inicialmente quanto a sua origem: teve seu início ainda no medievo, há registros do ano de 1412³, data em que o rei D. João I, a pedido de Dom Afonso, seu filho e conde de Barcelos, concedeu a esta vila uma feira por ano, com duração de 15 dias, a realizar-se na primeira quinzena de agosto, localizada no antigo campo de Salvador, coincidindo com a festa litúrgica do salvador, patrono do local em 06 de Agosto.

3- Ver RAU, Virgínia. *Feiras Medievais portuguesas*. Subsídios para seu estudo. Lisboa: Editorial Presença, 19

Actualmente a feira realiza-se semanalmente, as quintas-feiras, no Campo da República, ocupa uma área de aproximadamente 25.000m² distribuída em vários sectores a partir das actividades desenvolvidas, sectores de panificação, flores, produtos hortícolas, frutas, artesanato (loiça regional e cerâmicas, utilitárias e para decoração), alumínios, sementes, tecidos, malhas, miudezas ferreiros, mobílias, ourives, calçados, alfaiates, ervas, folhagens, roupas prontas. O artesanato seja em barro, figurado, decorativo ou utilitário são as actividades mais conhecidas e procuradas na feira de Barcelos, a exemplo do galo de Barcelos, figura conhecida mundialmente associada à cidade, mas sobretudo o símbolo do Estado Português. Os produtos agrícolas também fazem parte do universo da feira semanal de Barcelos, reunindo quase quinhentos agricultores, originários do concelho e do distrito de Braga. Comercializam na feira semanal todos os produtos hortícolas, a saber: batata, cenoura, cebola, hortaliça, alface, tomate, salsa, abóbora, alho, frango, galinha, frutas da época, ervilha, feijão verde, fava, etc.

A administração da feira é de responsabilidade do Poder público municipal, a Câmara municipal, que exerce o poder executivo. Oferecem aos feirantes os seus respectivos lugares, banheiro público e segurança. Para tanto arrecadam taxas anuais junto aos feirantes que auferem de 600 euros à mil euros, dependendo do local e da actividade comercializada.

Feira de Barcelos conta com visitantes e feirantes das 89 freguesias do concelho, que fazem do dia da feira um evento semanal. O ritual da feira inicia-se desde a noite do dia anterior, a montagem da feira ocorre na madrugada da quarta para quinta-feira, os caminhões de mercadorias chegam antes das seis da manhã abastecem os lugares, que já foram montados pelos feirantes, os chamados arraias, as barracas, e por volta das oito horas da manhã da quinta-feira inicia-se a venda das mercadorias, o movimento na cidade acontece durante todo o dia, até as 17:00.

Os entrevistados afirmam em seus depoimentos que na feira de Barcelos se encontram todos os artigos que já se vendia há 20, 30 anos atrás, no entanto diante da modernização os artigos foram se adaptando as necessidades dos mercado. Desta feita os artigos de carpintaria por exemplo evoluíram para as mobílias prontas, dos tecidos e retalhos passou-se a comprar as roupas prontas. Essas são ao nosso ver algumas estratégias de resistência que a feira encontra para continuar existindo, se adaptando as novas demandas do mercado, mas não perdendo os aspectos essenciais peculiares desse universo mercantil e cultural. Nos referimos aos modos de agir, de falar, de conquistar

os fregueses, da persuasão, da barganha, e da diversidade de produtos ofertados. Nesse sentido a feira de Barcelos se constitui em um grande centro comercial, que absolve os produtores, os vendedores, os desempregados tornando-se recém-empregados informais.

As feiras em estudo com todas as suas características múltiplas quanto a sua origem e as adaptações que sofreu para sua permanência, tais como a diversidade de mercadorias, artigos tradicionais como o artesanato local e artigos eletro-eletrônicos importados, formas de pagamento, desde a caderneta do fiado aos cartões de crédito, e cheques pré-datados, são elementos que se somam à tese de nosso trabalho: a sobrevivência das feiras se mantiveram na contemporaneidade (1985-2010) a partir da relação dialéctica entre as mudanças e continuidades, bem como as estratégias de resistência e de adaptação construídas pelos sujeitos no contexto da globalização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. *Múltiplos discursos sobre a feira de Campina Grande-PB*. Campina Grande: Gráfica e Editora Agenda, 2006

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e o SPHAN: *coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

BARRETO, Margarita. *Turismo e Legado cultural*. Campinas, Papyrus, 2000

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico Cultural*. São Paulo: ALEPH, 2002. (Coleção ABC do Turismo)

CANCLINI, Nestor García. O Porvir do Passado. In: *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e Sair da Modernidade*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. De Luciano Vieira Machado. São Paulo: estação Liberdade/editora da Unesp, 2001.

FUNARI, Paulo A. e Jaime Pinsky (orgs). *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo, Editora Contexto, 2003.

_____ e Sandra C. A. Pelegrini. *Patrimônio Histórico Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006

LEMOS, Carlos. *O que é Patrimônio Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos)

_____ *O que é Arquitetura*. São Paulo, Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos)

MELO, Josemir Camilo de. Cidadania, Patrimônio e Turismo: A Preservação do Patrimônio Histórico de Campina Grande. *XXII Simpósio nacional de História*, Simpósio temático. CD-Rom, julho de 2003

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. *Memória, História e Patrimônio Histórico. Políticas Públicas e a preservação do Patrimônio Histórico*. Recife: PPGH-UFPE, 2002.